

Download desta edição:
WWW.FIEMA.ORG.BR

MARANHÃO

INDUSTRIAL

**Maleta Direta
Básica**

9912379773/2015-DR/MA
FIEMA

Correios

ANO 10 / Nº 32
AGOSTO / SETEMBRO 2016

CRISE

economia maranhense
em queda



ENTREVISTA

Auditor analisa
efeitos da
corrupção no
mercado

AMEAÇAS E OPORTUNIDADES

Gargalo na BR-135:
atraso no corredor
de desenvolvimento

ARENA DE DEBATES

Relação entre
impostos e serviços
públicos em questão



QUANDO UM FUNCIONÁRIO FALTA, A PRODUTIVIDADE DE SUA EMPRESA TAMBÉM DESAPARECE.

O Sesi está lançando o **Programa Sesi de Gestão do Absenteísmo**.

Uma consultoria para auxiliar sua empresa a gerenciar a ausência de funcionários. Dessa forma, você diminui custos, aumenta a produtividade e melhora a competitividade da sua empresa.

Programa Sesi de Gestão do Absenteísmo. Quando seu funcionário está presente, a competitividade da sua empresa aparece.

OS CINCO SERVIÇOS DO PROGRAMA:

AVALIAÇÃO INICIAL.

GESTÃO DE AFASTAMENTOS.

GESTÃO DE NEXOS PREVIDENCIÁRIOS.

GESTÃO DE FAP.

GERENCIAMENTO EPIDEMIOLÓGICO DOS AFASTAMENTOS.

Acesse www.sesi.org.br/absenteismo
e conheça melhor o programa.



18

AMEAÇAS E OPORTUNIDADES

O gargalo da BR 135

O atraso na recuperação da BR 135: desperdício de dinheiro público, prejuízos às empresas privadas e entrave ao desenvolvimento econômico do Maranhão.

26

INDUSTRIA CRIATIVA

O Maranhão bem na fita

O cinema maranhense vive um de seus melhores momentos, abocanhando prêmios nacionais e internacionais, com aumento das mostras, produções locais e até a inauguração da primeira Escola de Cinema do Maranhão.



08

ARENA DE DEBATES

Impostos

O jornalista Ribamar Cunha e o economista e secretário de Planejamento e Desenvolvimento da Prefeitura de São Luís, José Cursino Moreira, colocam o tema Impostos na berlinda de um debate tão necessário aos dias atuais.



22

CAPA

Onde está a saída?

Os impactos negativos da crise econômica na economia maranhense, com indicadores que não fogem à regra nacional, mas exigem a adoção de medidas de superação e iniciativas que aqueçam os diferentes setores empresariais, driblando a retração.



28

ESPECIAL

No motor da indústria do Maranhão

Uma análise sobre a indústria do Maranhão busca respostas para o dilema de um estado com enorme potencial econômico, mas entre as menores rendas per capita do Brasil.

34

ENTREVISTA

O auditor da CGU, Welliton Resende, demonstra como os efeitos danosos da corrupção prejudicam a concorrência e o ambiente de negócios em geral.

15

VITRINE

Os produtos 100% maranhenses com preço, qualidade e competitividade feitos pela nossa indústria.



12

FEITO NO MARANHÃO

Tiquira *made in* Maranhão: de bebida popular a drink chique

Uma aposta de sucesso feita por uma empresária carioca em uma das mais tradicionais bebidas maranhenses, a tiquira, hoje encontrada nos mais badalados bares e restaurantes do país, a exemplo do Fasano, em Ipanema, no Rio, depois de investimentos na sofisticação do produto.



26

PALAVRA DO PRESIDENTE

O presidente da FIEMA, Edilson Baldez, opina sobre a superação da crise com a sentença: "a maior variável para o investimento é a crise"



MARANHÃO INDUSTRIAL

Federação das Indústrias do Estado do Maranhão
www.fiema.org.br

Presidente
Edilson Baldez das Neves
1º Vice-Presidente
Francisco de Sales Alencar
2º Vice-Presidente
Jose Orlando Soares Leite Filho
Vice-Presidentes: Mário Machado Mendes, Clynewton Dias dos Santos, Cirilo José Campelo Arruda, Cláudio Donizete Azevedo, Benedito Bezerra Mendes, José de Ribamar Barbosa Belo, João Alberto Teixeira Mota Filho, João Neto Franco, Júlio Rodrigues dos Santos, Francisco de Assis Miranda, Antônio Carlos Lopes Ribeiro, Francisco das Chagas Sousa Nascimento, Ana Rute Nunes Mendonça, Osvaldo Amaral Pávão, Antônio Rosa Cruz Pereira, Nelson Nagem Frota, Cintia Cristina Ticianeli, João Batista Rodrigues, José Raimundo Nunes Sarmento, Antônio Alves Barbosa, Luis dos Santos Lima, José Antônio Buhatem, Francisco de Assis Gonçalves e Rachid Abdalla Neto.

1º Secretário
Leopoldo Debtz de Moraes Rêgo
2º Secretário
Pedro Robson Holanda da Costa
1º Tesoureiro
José de Jesus Reis Ataíde
2º Tesoureiro
Raimundo Nonato Pinheiro Gaspar

CONSELHO FISCAL - EFETIVOS
Luiz Fernando Coimbra Renner, Roberto Vasconcelos Alencar e Francisco de Assis Barros Carvalho.

CONSELHO FISCAL - SUPLENTES
Edvan da Silva Amâncio e Carlos Geisel Alves Barbosa.

DELEGADOS REPRESENTANTES JUNTO À CNII
Efetivos: Edilson Baldez das Neves e Francisco de Sales Alencar.
Suplentes: Alexandre Rodrigues Ataíde e Joanas Alves da Silva.

Presidentes dos Sindicatos afiliados:
Benedito Bezerra Mendes, Jeremias Oliveira Gaspar, Fábio Ribeiro Nahuz, Fabiano Churchill N. Cesar, João Neto Franco, Carlos Geisel Alves Barbosa, Ana Rute Nunes Mendonça, João Carlos Magalhães Lopes, Pedro Robson Holanda da Costa, Raimundo Nonato Pinheiro Gaspar, Edvan da Silva Amâncio, Adão Gonçalves de Oliveira Junior, Francisco de Assis Gonçalves, Roberto Carlos Moreira, Luis dos Santos Lima, Antônio Carlos Lopes Ribeiro, José de Ribamar Barbosa Belo, Mário Machado Mendes, Joanas Alves da Silva, Manoel de Jesus Silva, Cláudio Donizete Azevedo, Alexandre Rodrigues Ataíde, Nelson José Nagem Frota, Antônio Rosa Cruz Pereira, Rodolfo Natalino Alexandrino Araujo, Francisco Magalhães Rocha e Cintia Cristina Ticianeli.

SISTEMA FIEMA
Superintendência da FIEMA
Albertino Leal de Barros Filho
Superintendência Regional do SESI
Roseli de Oliveira Ramos
Diretoria Regional do SENAI, Superintendência Regional do IEL e Superintendência Corporativa
Marco Antonio Moura da Silva
Coordenadoria de Comunicação e Eventos do Sistema FIEMA
Fernanda Moraes Rêgo

Revista da Federação das Indústrias do Estado do Maranhão - FIE-MA
Av. Jerônimo de Albuquerque, S/N - Cohama - CEP 65.060-645 - São Luis-MA.
Tel.: (98) 3212.1897
www.fiema.org.br
Facebook: Sistema FIEMA
Instagram: @sistemafiema

Edição: Com Comunicação Estratégica
Editora: Flávia Regina Melo (DRT-MA 955)
Impressão: Gráfica Linha D'Água
Reportagem: Luis Mello Neves, Henrique Bóis
Fotografia: Orcenil Júnior, Flávia Regina, Veruska Oliveira e Banco de Imagens.

As opiniões contidas em artigos assinados são de responsabilidade de seus autores, não refletindo necessariamente o pensamento do Sistema FIEMA.

O IMPERATIVO DA INOVAÇÃO

A revisão contínua dos procedimentos, os balanços periódicos na contabilidade, o permanente controle de estoque e as diferentes especificidades de ajustes que resultem em aperfeiçoamento são processos indispensáveis a qualquer empreendimento de resultados. Numa atualidade de cenários em constante transformação, a inovação tornou-se um imperativo.

É desta forma que a revista Maranhão Industrial chega às mãos dos leitores. A renovação no aspecto material, com novo projeto gráfico e editorial, tem como objetivo proporcionar uma visão mais interpretativa dos temas presentes na agenda empresarial maranhense, sem perder a finalidade principal: ser mais um elemento da cultura de integração do Sistema FIEMA, como um elo de interseção entre sociedade e setores produtivos. Não é ao acaso que esta edição traz uma reportagem com um título que sugere uma revisão no motor da Indústria do Maranhão, com questões e números que levantam os obstáculos que ainda paralisam a economia local.

Revisões, ajustes e reformas costumam ser mencionadas, com mais frequência, em momentos de crise de qualquer natureza. No Maranhão, a retração econômica não poupou o comércio, a indústria e suas ramificações. Mais do que um relatório de indicadores negativos, o veículo foi prospectar soluções e descobrir as alternativas encontradas por alguns representantes dos principais nichos de mercado atingidos, além de trazer a opinião especializada sobre o assunto. Com o ajuste fiscal na pauta das principais demandas do País, a revista coloca na Arena de Debates o jornalista Ribamar Cunha e o economista José Cursino Raposo para se debruçarem sobre o tema dos Impostos. Se a crise está na pauta nacional, a corrupção também não poderia deixar de constar no saldo negativo da atualidade, porém, com recomendações em uma entrevista elucidadora com o auditor da CGU, Welliton Resende, sobre a Lei da Empresa Limpa e as iniciativas de conscientização popular, por todo o Maranhão, sobre os ilícitos praticados contra o dinheiro público. É com estes e outros assuntos, em nova roupagem jornalística e gráfica, que as próximas páginas pretendem contribuir para a um ambiente corporativo mais informado e, por isso mesmo, mais competitivo. Afinal, já faz algum tempo que o futurólogo John Naisbitt previu que a nova fonte de poder não era o dinheiro, mas a informação. Boa leitura!



■ UP

Empresários ávidos por atualização, especialistas em Tecnologia da Informação, administradores e nerds têm se encontrado em eventos cada vez mais frequentes no Maranhão. São iniciativas para debate, conhecimento e troca de informações sobre as StarUps. Recentemente, São Luís foi palco para a Startup Conference, promovida pela Faculdade Devry, com apoio da FIEMA e da StarUp Weekend, na UNDB. Segundo o idealizador da Startup Conference, Rodrigo Marques, o volume total de capital movimentado pelos investidores anjos destes empreendimentos digitais já chega atualmente a

R\$700
milhões de reais.



■ NEGÓCIO DA CHINA

A China Communications Construction Company, maior empresa de infraestrutura da China, de equipamentos pesados e serviços de dragagem, desembarcou no Brasil com fome de investimento. A primeira aquisição de ativo do grupo no país será uma participação no Terminal de Uso Privado (TUP) de São Luís, braço de infraestrutura do grupo WTorre, autorizado pelo Governo Federal. O sócio chinês vai investir R\$ 400 milhões no terminal, cujo projeto total está orçado em

R\$1,5 bilhão. O termo de compromisso entre as duas empresas já foi assinado. A estimativa é que o TUP da capital do Estado leve três anos para ficar pronto, desenvolvido em uma área de 2 milhões de metros quadrados, com acesso direto à BR 135 e às ferrovias Carajás e Transnordestina, com capacidade anual para movimentar 24,8 milhões de toneladas. A companhia chinesa tem projetos na Argentina, no Peru e na América Central, mas o maior potencial de crescimento é no Brasil.



■ BONS VENTOS

A conclusão das obras na MA-315 tem sido aguardada como um dos fatores importantes para os empreendimentos de exploração da energia eólica no Maranhão, que possui um dos maiores potenciais do Brasil. A estrada liga os municípios de Paulino Neves e Barreirinhas, local da

instalação do primeiro parque eólico do estado. Com capacidade inicial de 220 megawatts, a instalação do parque, em projeto resgatado pela Ômega Energia, inicialmente concebido pela empresa Bioenergy, tem investimento previsto de 1 milhão de reais.



RIBAMAR CUNHA

Jornalista graduado pela UFMA, com especialização em Meio Ambiente pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). É subeditor de Economia do jornal O Estado do Maranhão.

IMPOSTOS

Os impostos que todo cidadão é obrigado a pagar são previstos em lei e cabe ao Estado aplicar os recursos arrecadados. Parece uma equação simples, mas não é bem assim, quando no meio dessa fórmula há ineficiência, corrupção e má aplicação desses recursos. Por outro lado tem-se uma carga

tributária elevada, que gera tribuções por ano ao Tesouro, mas os serviços públicos são de péssima qualidade, as pessoas de menor renda são as mais tributadas e o setor produtivo é fortemente impactado, perdendo competitividade.

O que falta para o Brasil avançar nessas questões e porque até agora todas as tentativas de reforma tributária resultaram apenas em mudanças pontuais



JOSÉ CURSINO RAPOSO MOREIRA



É economista, mestre em Economia Regional e Urbana (UFMG). Atualmente, é Secretários de Planejamento e Desenvolvimento da Prefeitura de São Luís.

A questão tributária, a atuação do setor público e a prestação de seus serviços à sociedade são associadas e fazem parte do mesmo contexto. Portanto, suas soluções são concomitantes. Tem havido, ao longo de já considerável tempo, vários esforços no sentido de promover-se, por exemplo, uma reforma tributária no país, à qual todos se manifestam favoravelmente, mas nada acontece na prática para que isso se concretize. Há, portanto, algum erro de estratégia ou falta de sinceridade no discurso pró-reforma.

gerenciais favoráveis à elevação da produtividade do setor, o que proporcionaria elevação do retorno da carga tributária paga pela sociedade. Os mecanismos de controle e participação social na gestão pública também precisam ter seus canais mais acionados pelos contribuintes, com vistas a assegurar transparência e efetividade de emprego dos recursos públicos nas ações a que se destinam.

constituem os "fundamentos" da elevação de custos dos investimentos públicos, base da elevação da carga tributária. Ou seja: muito do avanço que se pode alcançar na solução deste problema passa por transformações nos valores e procedimentos dos cidadãos ou estaremos condenados a nos limitar a soluções pontuais, em geral obtidas em momentos de crise.

“ A Operação Lava Jato revelou uma profunda e espúria aliança entre autoridades governamentais e setor privado ”

Finalmente, os indicativos de mudança desta realidade apontam também para o campo da política, mediante uma revisão do próprio recursos nas mãos da União em favor pacto federativo, em que haja inversão do quadro atual de excessiva concentração de poderes e dos estados e, principalmente municípios, estes mais próximos do cidadão e também de mais fácil acompanhamento de suas atividades por parte dos contribuintes.

Nesta mudança de paradigma é muito provável que o retorno dos impostos pagos venha a ser bem maior que no atual modelo. A simplificação e a racionalização do processo da gestão tributária também se fazem necessárias.

Parece difícil, por outro lado, em meio à grave crise fiscal que o Brasil atravessa no momento, em que a própria liquidez do setor público se vê ameaçada pela trajetória que a dívida pública vem traçando, que o governo tenha disposição ou mesmo possibilidade de adotar medidas que venham a reduzir a carga tributária do país. Pelo contrário, há um grave problema de ajuste das finanças públicas que precisa ser feito, mas que não parece factível, a curto prazo, sem o aumento de impostos, em razão das grandes dificuldades de cortes de gastos públicos. Um ponto que parece relevante e mais viável, no curto prazo, é a introdução na gestão pública de padrões

Lembremos que a Operação Lava Jato revelou uma profunda e espúria aliança entre autoridades governamentais e setor privado, em detrimento da sociedade. Tais práticas

DÚVIDAS DE COMO EXPORTAR? PROCURE O CIN!



Os serviços de inteligência comercial da Rede CIN - Rede Brasileira de Centros Internacionais de Negócios, consistem em **estudos** de perfis de mercado internacional.

Essas informações auxiliam **sua empresa** na **tomada de decisão** sobre a **internacionalização, formação de preço** e identificação de **clientes** no exterior.

Encontre potenciais mercados fora do Brasil.

Contatos: (98) 3212-1896 • faleconosco@fiema.org.br





■ AÇÃO GLOBAL

Mais de 55 mil pessoas foram beneficiadas na 23ª edição da Ação Global realizada pelo Serviço Social da Indústria (SESIMA), entidade do Sistema FIEMA, e Rede Globo/TV Mirante no mês de maio, na Universidade Federal do

Maranhão (UFMA). Foram mais de 200 parceiros e de 3.378 voluntários que colocaram em prática o tema do evento: Qualidade de Vida. Ao todo, foram 219.106 atendimentos. Entre os mais de 250 serviços, os da área

pediatria, ginecologia, mastologia, urologia, odontologia, oftalmologia, dermatologia, vacinação – foram usufruídos por 62.340 pessoas.

■ NOVA UNIDADE DE TECNOLOGIA DE ALIMENTOS

O Maranhão já conta com uma estrutura moderna e de última geração para qualificação técnica e profissional direcionada ao segmento de alimentos e bebidas. O SENAI inaugurou em abril a Unidade de Tecnologia de Alimentos, instalada no

Centro de Educação Profissional e Tecnológica do Distrito Industrial, em São Luís, que já atende os cursos técnicos de Confeitaria e Panificação. Segundo o Diretor Regional do SENAI, Marco Moura, unidades semelhantes serão instaladas em Imperatriz e outra em São Luís.

■ DIFERENCIAL DE ENSINO

As escolas do SENAI de Imperatriz e São Luís oferecem "Educação Básica articulada com a Educação Profissional" (EBEP). Os alunos tem a possibilidade de realizar o Ensino Médio do SENAI, juntamente ao Ensino Profissional do SENAI, um diferencial que estimula uma profissão no mercado de trabalho.

■ CURSOS IEL

O Instituto Euvaldo Lodi (IEL), está com inscrições abertas para diversos cursos de capacitação empresarial. A educação para executivos faz parte da estratégia do Sistema FIEMA de dar suporte ao desenvolvimento da indústria maranhense pela capa-

citação de seus empresários, gestores e colaboradores com objetivo de aumentar a competitividade do setor. As inscrições são realizadas pelo site do Sistema Fiema - www.fiema.org.br - no menu "Você" e submenu "Cursos Abertos IEL".

Os cursos são nas áreas de gestão, planejamento, interpretação das normas ISO, marketing estratégico, ferramentas da qualidade, auditoria interna, área comercial, entre outros.

■ EDITAL SENAI DE INOVAÇÃO

O Sistema FIEMA está com inscrições abertas para o novo ciclo do Edital Senai Sesi de Inovação 2016. Com R\$ 23,6 milhões disponíveis para o desenvolvimento de projetos esta é uma grande oportunidade para as empresas investirem em produtos, serviços e processos inovadores e tornarem-se mais competitivas. Com aporte de até R\$ 400 mil por projeto, o edital se divide em três categorias: inovação tecnológica, protótipos inovadores, e inovação em saúde e segurança do trabalho. Nesta última, foi proposto um desafio que dará pontos extras às empresas que tenham desenvolvido soluções no combate ao mosquito *Aedes Aegypti*, transmissor da Dengue, Zika e Chikungunya. O Edital Senai Sesi de Inovação tem chamada contínua até 6 de setembro, quando se encerra o período de recebimento de ideias.

■ CEMAR NO CONSELHO GESTOR DO PDF

A Companhia Energética do Maranhão (CEMAR) foi reeleita para a presidência do Conselho Gestor do Programa de Desenvolvimento de Fornecedores do Maranhão (PDF). O gerente de Serviços Compartilhados da CEMAR, Carlos Afonso Araújo Melo, estará à frente da presidência do Conselho, no período de maio de 2016 a abril de 2017. O PDF atua com foco no desenvolvimento de

fornecedores locais, para que as empresas instaladas no Maranhão se tornem mais competitivas. Gerido pela FIEMA e mantido pela ALUMAR, CEMAR, ENEVA, SOLAR e VALE, o Programa existe há 16 anos, realizando ações para a qualificação dos fornecedores locais, na organização de rodadas de negócios e esteve envolvido na geração de mais de R\$ 25 bilhões de negócios locais.

■ PDI

A FIEMA acaba de revisar e atualizar o Plano Estratégico de Desenvolvimento Industrial do Maranhão (PDI 2020). Nele foram introduzidas as mudanças nos cenários e incorporadas às inovações necessárias aos eixos estratégicos, programas e projetos. A proposta se pautou na percepção sobre os processos de mudança na realidade maranhense, seu contexto, visão de futuro e

expectativas de desenvolvimento. São sete os eixos estratégicos propostos por 21 programas especiais e 101 projetos - doze considerados prioritários. A meta é agregar valor aos bens primários, promover a irradiação dos grandes investimentos, gerar negócios nas áreas dos serviços, beneficiamentos e na industrialização definitiva.

TIQUIRA MADE IN MARANHÃO DE BEBIDA POPULAR A DRINK CHIQUE

Luís Mello Neves

■ Empresária investe em um dos mais populares aguardentes maranhenses, a tiquira, vendida em feiras e mercados tradicionais de São Luís, e passa a produzir a bebida para estabelecimentos sofisticados, como o Hotel Fasano, de Ipanema, no Rio de Janeiro.



No Maranhão de comidas exóticas e marcante cultura popular, a tiquira, aguardente feita de mandioca, se destaca pela beleza da cor roxa, devido as folhas de tangerina no processo produtivo, além de outros corantes. Originalmente consumida apenas por índios, escravos e pessoas de baixa renda, de modo geral, é extraída da mandioca típica no estado. O preço médio do litro da tiquira artesanal é bastante acessível, R\$ 15,00, nas feiras e mercados tradicionais de São Luís. As garrafas menores, de 350 ml, também são vendidas por R\$ 7,00. Em outros locais, como o Aeroporto do Tirirical, o preço é mais salgado.

Até então desconhecida, a tiquira agora ganha destaque nacional. Ao perceber a possibilidade de transformar um produto maranhense, feito artesanalmente, em bebida sofisticada, a empresária carioca Margot Stinglwagner resolveu modernizar a produção da bebida, reinventando o processo de produção e introduzindo alta tecnologia em sua fabricação. " Vim para o Maranhão com a ideia de construir uma pousada em Santo Amaro (município da região dos Lençóis Maranhenses). O projeto não foi adiante, mas permanecendo



aqui por algum tempo, conheci a famosa tiquira, numa festa de Bumba-meu-Boi. E foi amor ao primeiro gole!", revela. A empresária logo quis conhecer suas origens e o processo produtivo. Ao visitar um alambique artesanal local e se deparar com o aspecto rudimentar das instalações, achou ser impossível obter registro para um produto elaborado naquelas condições. "Fora a simplicidade da produção, que não atende às exigências de higiene e padronização industrial, há ainda a adição da folha de tangerina como corante, que as normas do Mapa (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento) não aceitam." A descendência alemã e a experiência profissional do pai, que foi mestre cervejeiro de importante cervejaria do Brasil, foi sua base. Em Minas Gerais, ela deu início à sua pesquisa com a mandioca. Ao todo, foram dois e anos e meio de estudos e experimentos até chegar à técnica adequada de destilação que atendesse a um processo industrial de produção de tiquira e satisfizesse as exigências normativas brasileiras.

Indústria x Artesanato - A marca Guaja, produzida industrialmente pela empresa Tiquira Brasil LTDA., por seu padrão Premium de qualidade, e por respeitar as mais antigas tradições de bebida pura, sem adição de corante, é a única que se enquadra nas exigências normativas. "Fora isso, a nossa tiquira tem o gosto característico da mandioca e teor alcoólico de 40%, o que lhe confere um conjunto de sabor e suavidade



inigualáveis, aveludado e seco", orgulha-se a empresária. Somando os custos iniciais, com estudos, experiências, equipamentos e matéria-prima - chegando a transformar seu apartamento, em Ipanema, no Rio de Janeiro, num verdadeiro "laboratório da tiquira maranhense" - até a instalação da fábrica, em Santo Amaro/MA, Margot Stinglwagner fez um considerável investimento. Se resolvesse produzir a tiquira no Rio de Janeiro, nos alambiques modernos que, na entressafra da cana, ficam meses ociosos, gastaria menos capital e ainda estaria mais perto do principal mercado consumidor. "Mas não seria ético produzir tiquira fora do Maranhão. A bebida é daqui. E aqui é que precisa ser feita", defende. A fábrica está localizada no Km 101, da BR 402, que dá acesso aos Lençóis Maranhenses, no povoado Sangue, em Santo Amaro. Toda a matéria-prima é comprada dos produtores locais, contribuindo para fortalecer a agricultura familiar.

Da feira da Praia Grande ao Hotel Fasano - Tendo iniciado a produção em maio do ano passado e contando atualmente com uma produção de mil garrafas por mês, a Tiquira Guaaja já conquistou considerável faixa de mercado nacional. "Fora a alta qualidade da bebida e a ótima apresentação, que inclui a garrafa, a marca e o rótulo, tivemos muita sorte ao estabelecer parcerias com hotéis e bares do Rio de Janeiro", explicou. Para dar identidade ao produto, a empreendedora utilizou dois símbolos locais, o nome de um povo indígena originário da pré-amazônia maranhense, os Awá-Guajá e o guará, ave típica dos manguezais do Maranhão, cuja imagem exótica compõe a marca, originando a palavra Guaaja. Uma degustação promovida no luxuoso Hotel Fasano, em Ipanema, no Rio de Janeiro, foi suficiente para conquistar um público mais exigente. "A resposta foi tão boa que o diretor de alimentos da empresa, Ricardo Zanoni, me fez a proposta de parceria. Hoje, além, de estar na carta de bebidas finas do hotel, com vários drinques criados pelo bar-

man André Paixão, a tiquira integra algumas receitas elaboradas pelo chef de cozinha do hotel", relata. A partir daí a empresária foi conquistando outros parceiros, como o Hotel Caesar Park, o famoso restaurante Braseiro da Gávea e uma rede de delicatessen com várias lojas. No Maranhão, a bebida figura no cardápio de alguns dos melhores e mais badalados bares e restaurantes da capital, e está à venda em casas especializadas, como Caves Du Vin, no Renascença, no Empório Fribal e nos Supermercados Mateus, ambos no bairro Cohama. O preço médio da garrafa de 500 ml é R\$ 65,00. Agora, a proprietária da Tiquira Guaaja, se prepara para voos mais altos. Quer conquistar o mercado nacional e, depois, levar a tiquira maranhense para o resto do mundo. Com este objetivo, ela desenvolve junto à Sagrama (Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Pesca do Maranhão) uma campanha para dar à tiquira o título de patrimônio cultural e imaterial do Brasil. O Sindicato das Indústrias de Bebidas, Refrigerantes, Água Mineral e Aguardentes do Estado

do Maranhão também está integrado na campanha.

Outro reconhecimento importante aconteceu, ano passado, durante a Expo Indústria Maranhão. O presidente da FIEMA, Edilson Baldez assinou um termo de compromisso que oficializa a tiquira como um produto genuinamente maranhense e oficial dos eventos da entidade.



HERANÇA INDÍGENA NO MARANHÃO

Tiquira (que em tupi *tikira* significa: "líquido que goteja, que pinga do alambique") é a adaptação de antiga beberagem indígena, o cauim, às técnicas de destilação trazidas pelos mulheres e meninas da tribo e, novamente, posta no fogo. O cauim, que ainda é produzido por certos povos indígenas, é um líquido fermentado de médio teor alcoólico, cuja massa, de mandioca, caju e outras frutas, depois de cozida, é mastigada por recozimento é que produz a bebida. O mesmo princípio já

foi usado no Japão, para produzir saquê. Algumas curiosidades são registradas sobre a bebida. Numa época em que tudo passava lento, por volta de 1653, o procurador da Câmara Municipal de São Luís, Jorge de São Paio, viria a proibir a produção da "aguardente de mandioca, por ser prejudicial ao fabrico da farinha", como noticia o Dicionário Histórico - Geográfico da Província do Maranhão, publicado em 1870.

FAMÍLIA DE BOM GOSTO

As geleias Sabor da Ilha são fabricadas com frutas tipicamente maranhenses, como bacuri, buriti, açai e cupuaçu. Sem acidulantes ou sabores artificiais possuem alto padrão de qualidade e podem ser compradas até no site Mercado Livre. A caixa contém 24 unidades. Preço: R\$ 10,00 e R\$ 5,00 (vidro em menor quantidade). Mais informações pelo telefone: (98) 3226.8322 ou pelo email: geleia-sabordailha@hotmail.com



MAIS ENERGIA PARA A INDÚSTRIA DE BEBIDAS

No segmento de bebidas não alcoólicas, o energético Roots Energy Drink, produzido pela Smaak Bebidas Indústria e Comércio Ltda, invadiu o mercado nacional de energéticos, liderado pela empresa austríaca Red Bull. Composta de substâncias estimulantes como inositol, cafeína e taurina, além de vitaminas sintéticas é um produto



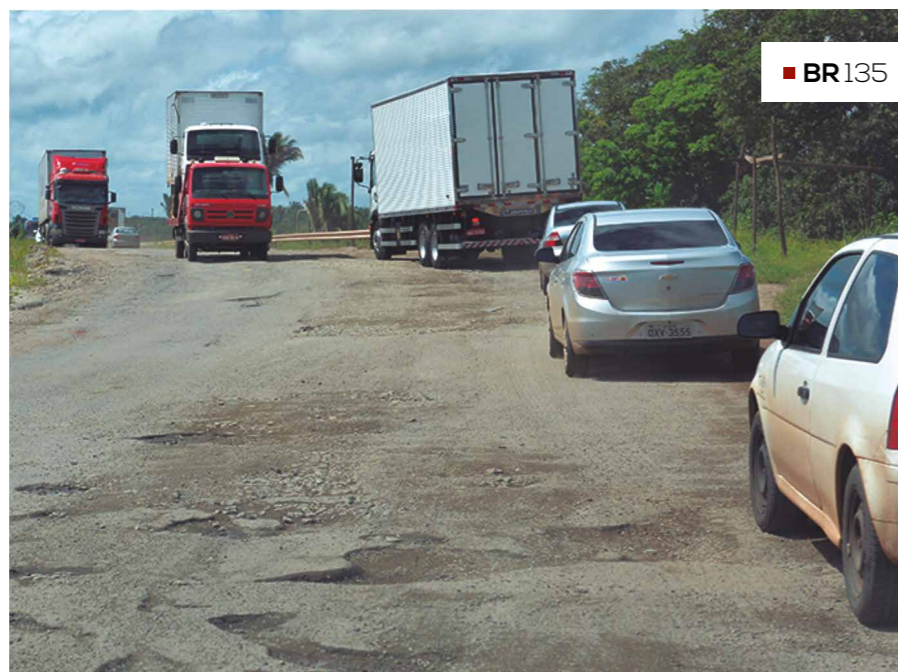
de alta qualidade, produzida com matéria prima importada da Holanda. O produto tem a cara do Maranhão ao fazer referência a diversos elementos da cultura maranhense, como o reggae, ritmo musical que se tornou o preferido dos maranhenses



SABOR 100% MARANHENSE

O iogurte Bonnyto possui excelente qualidade e sabor, produzido com soro de leite 100% natural. Pode ser encontrado nos principais supermercados, hotéis e mercados

do Maranhão, competindo com produtos de nível nacional. É distribuído para mais de 50 municípios, com uma produção diária de mais de 5.000 litros de iogurte.



■ PRODUÇÃO EM PAUTA

O Sindicato das Indústrias de Móveis de Imperatriz e Região (Sindimir) apoiou e aderiu ao programa do Governo Federal Mais Produtivo que pretende melhorar em até 20% os processos produtivos. A iniciativa tem como parceiros a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e o Serviço Nacional de Aprendizagem (SENAI), responsável por executar o processo. O programa busca alavancar a produtividade, competitividade e eficiência dos processos produtivos de três mil pequenas e médias indústrias instaladas em todo o país.

■ REDUÇÃO DE IMPOSTOS

Os industriais do setor de laticínios ligados à Federação das Indústrias do Estado do Maranhão (FIEMA) conquistaram a redução do valor da alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para venda externa de leite e derivados no Estado. A medida diminuiu o valor da alíquota de

Os segmentos de Cerâmica para Construção e de Arroz são alguns dos setores industriais que estão sofrendo com a situação da BR 135. Aproximadamente 120 indústrias do setor utilizam a estrada para circulação da produção de cerâmica vermelha dentro do estado e fora dele.

Cerca de 70% dessas empresas são sindicalizadas e empregam, em média, 12 mil trabalhadores, que contribuíram para que, nos últimos 15 anos, o estado se tornasse autossuficiente no produto. No entanto, a má conservação das estradas encarece em pelo menos 30% os custos de produção, prejudicando o setor industrial e a economia local, chegando ao ponto de gerar a demissão de diversos funcionários.

17% para 2%, foi confirmada por meio de um decreto publicado em março, e é fruto de uma reivindicação da entidade empresarial e do Sindicato das Indústrias de Leite e Derivados do Estado do Maranhão (Sindileite) junto ao Governo do Estado.



O Sindicato das Indústrias de Panificação e Confeitaria de São Luís (SINDIPAN), presidido pelo empresário Pedro Robson de Holanda comemora a filiação das empresas panificadoras Pandoca e Madelaine ao Sindicato. A assinatura da filiação contou com a presença do presidente da Associação Brasileira da Indústria de Panificação e Confeitaria (ABIP), José Batista de Oliveira.

■ PROATIVIDADE

Com objetivo de diminuir os gastos de energia, segundo maior faturamento de padaria, o Sindicato de Panificação e Confeitaria de Imperatriz (Sinpacimp) reuniu seus filiados no auditório da Federação das Indústrias do Estado do Maranhão (FIEMA), durante palestra sobre Energia Solar Fotovoltaica, a Energia do Futuro. Após ser instalado, o sistema permite zerar as despesas com conta elétrica.

■ COMBATE À VIOLÊNCIA

O Sindicato das Indústrias da Construção Civil do Maranhão (Sinduscon-MA) em parceria com o Tribunal de Justiça do Maranhão estão promovendo palestras de conscientização em canteiros de obras de construtoras associadas à entidade sobre a Lei Maria Penha (Lei 11.340). O objetivo da campanha é

■ REVITALIZAÇÃO

O Sindicato das Indústrias de Curtimento de Couros e Peles do Estado do Maranhão (Sindicouro), filiado à FIEMA, vem trabalhando nos últimos meses pelo fortalecimento da cadeia produtiva de carne e couro do Estado. O polo industrial, concentrado no Sul do Maranhão, precisamente no município de Edison Lobão, agrega quatro curtumes, indústrias de médio e grande portes,

associadas ao Sindicato e que, juntas, geram mais de 1 mil empregos na região. O presidente Adão Gonçalves de Oliveira Júnior quer elevar a produtividade dessas empresas, com foco na verticalização da cadeia produtiva.

combater a violência contra a mulher. O trabalho é realizado por equipes do Sinduscon-MA e da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (CEMULHER - TJMA) e integra o projeto educativo "Aprendendo com Maria da Penha no Cotidiano", do TJ/MA. Durante as palestras,

os operários recebem informações sobre a Lei e de como agir em determinadas situações sociais. Eles também recebem a cartilha "Aprendendo com Maria da Penha no Cotidiano - o que você precisa saber".



O Sindibebidas quer criar um pólo de cerveja artesanal em São Luís. Para isto, está auxiliando na formalização dos produtores da bebida que já se encontram instalados na capital, assim como sua filiação ao sindicato. O projeto Maranhão Beer, como está sendo chamado, tem o objetivo de estimular o setor no Estado. O presidente da FIEMA, Edilson Baldez, e o superintendente da entidade, Albertino Leal, estiveram em Minas Gerais, juntamente com empresários do ramo de bebidas, a convite do presidente do sindicato, Francisco Rocha, para uma visita de benchmarking, que serviu para identificar as melhores práticas desenvolvidas pelo empresário mineiro no ramo de cervejas artesanais, que já é tendência no Sul e Sudeste do Brasil.



O GARGALO DA BR 135

- Os prejuízos à iniciativa privada e ao desenvolvimento do Maranhão com a falta de manutenção e o atraso na recuperação da BR 135, única via de acesso terrestre à capital.

Há quase duas décadas, o agravamento do péssimo estado de conservação da BR 135 tornou-se um problema a todo e qualquer cidadão que necessite entrar e sair de São Luís. E, mais do que isto: um estorvo ao desenvolvimento econômico do Maranhão. Nos últimos anos, a demora na recuperação da rodovia resultou em aumento de 30% nos custos de produção, segundo levantamento dos empresários das

indústrias de cerâmica e arroz. Os problemas vão de buracos de variados tamanhos, ao longo da rodovia, à ausência ou deficiência na sinalização, além da inexistência de limpeza dos dispositivos para melhorar a drenagem e o escoamento de água na malha viária.

Os prejuízos ao setor industrial são alarmantes. Para a Vale, uma das maiores mineradoras do mundo, a BR-135 é estraté-

gica a todos os segmentos produtivos do Maranhão. Pela estrada, a empresa transporta equipamentos, cargas, além da locomoção das equipes da Vale e da operação da Estrada de Ferro Carajás. "Temos necessidade de mobilidade dos funcionários e contratados que atuam nos municípios ao longo da ferrovia. A manutenção adequada da BR é essencial para a continuidade dessas atividades, com segurança".

A Vale, por meio da Assessoria de Imprensa local, entende que a duplicação da BR 135 "é necessária para a sociedade, para o desenvolvimento do Estado e para as empresas instaladas e em processo de instalação no Maranhão". "A situação da rodovia é uma vergonha para o Maranhão", reage o executivo da Termaco Logística, em São Luís, Benjamin Franklin, ao lembrar que pelo acesso da BR, é exportada a soja, ocorre a entrada de produtos para indústria e comércio, garantindo o abastecimento de frutas e hortaliças importados dos grandes centros produtores das regiões Centro Oeste, Sul, Sudeste e Nordeste. O presidente do Sindicato das Indústrias de Cerâmica do Estado do Maranhão e do Sindicato das Indústrias de Arroz,

Benedito Bezerra Mendes, confirma: "o setor industrial e economia locais foram afetados a ponto de ocorrer desabastecimento dos produtos na capital". Pela BR 135 trafegam veículos das 120 indústrias do setor de cerâmica transportando a produção da cerâmica vermelha dentro e fora do Estado. A indústria gera cerca de 12 mil empregos no Estado.

Atualmente, as obras de recuperação e duplicação da rodovia estão sendo realizadas por duas empresas contratadas, via Superintendência Regional no Maranhão do DNIT (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes), por valor total de R\$ 522.999.887,44. Segundo Glauco Henrique Ferreira da Silva,

coordenador de Engenharia, do DNIT, as obras de manutenção que estão em andamento inclui o Km 69,3, no município de Santa Rita, até ao Km 199,1 em Caxuxa. Ele declara ainda que a primeira etapa dos trabalhos da estrada onde constavam os serviços emergenciais, estão finalizados desde o km 0 (região onde está localizado o aeroporto da capital), o acesso ao Porto do Itaqui, a barragem do Bacanga até Km 69,3 (no município de Santa Rita).



PREJUÍZOS A MOTORISTAS, PASSAGEIROS E EMPRESAS

Este ano, a demora na recuperação da estrada provocou a mobilização de diversas entidades públicas e privadas. Além da pressão da bancada federal no Ministério dos Transportes, as obras foram fiscalizadas por representantes de diversas instituições locais de reconhecimento público, como

a OAB-MA e a FIEMA. O Conselho Temático de Infraestrutura e Obras da FIEMA, presidido pelo vice-presidente da Federação, José de Ribamar Barbosa Belo, visitou o local, em abril deste ano, com objetivo de monitorar as obras na rodovia. O empresário

destaca a preocupação da FIEMA em razão da importância da BR 135. "Esta estrada é mais do que um dos corredores de exportação do Norte do Brasil, é um grande vetor de desenvolvimento, um corredor de desenvolvimento do Maranhão", classifica.

Em busca de resolver definitivamente os problemas da rodovia, houve mobilização de autoridades, entidades de classe e o Poder Público maranhenses pressionando o Governo Federal pelo envio de recursos.

O deputado federal, Pedro Fernandes, propôs à bancada federal, votação contra a Desvinculação de Receitas da União (DRU), caso não fosse retomada a obra de duplicação da BR 135 "A DRU permite ao Governo Federal usar livremente 20% de todos os tributos federais vinculados por lei a fundos ou despesas", explicou. O deputado explica que a duplicação da BR 135 se mostrou necessária após aumento do tráfego induzido pelo excesso de comércio de produtos importados de São Luís, pela atividade crescente de

distribuição de derivados de petróleo e outros produtos desembarcados via Porto do Itaqui.

Além de constituírem-se como um gargalo ao desenvolvimento sócio econômico do Estado, os problemas na BR-135 são um esquadro não exatamente de produtos, mas de dinheiro público. 124 famílias, que moravam próximas à estrada, foram indenizadas em um total que custou 9 milhões reais aos cofres públicos. E o custo da duplicação da obra, que foi orçado inicialmente em R\$ 213 milhões de reais, já chega a mais de meio bilhão de reais. Além dos prejuízos, há outra ameaça que preocupa as empresas. Devido ao risco que precariedade da BR 135 expõe à vida de seus funcionários, dos usuários e aos danos causados aos veículos que transi-

tam pela rodovia, a Alumar enviou ofício à Superintendência do DNIT solicitando que fossem realizadas as obras necessárias na rodovia.

Do ponto de vista econômico é inquestionável a relação entre uma boa malha viária e o desenvolvimento. No caso da rodovia, os problemas crescem em proporção ainda maior ao serem consideradas as dimensões estaduais: o Maranhão possui a segunda maior extensão territorial do Nordeste. A falta de conservação da rodovia tem afetado a competitividade das empresas no Estado, quer seja elevando o custo em logística, seja atrasando a chegada de produtos transportados, causando prejuízos variados.



ONDE ESTÁ A SAÍDA?



- A mais complexa crise econômica dos últimos anos no país não poupou a economia maranhense. Os reflexos da retração atingem diferentes setores, desafiando empresários, entidades de classe e especialistas.

Brasil já possui em número de desempregados uma população equivalente à de um país inteiro como Portugal. Nos primeiros três meses do ano, a taxa de demitidos atingiu 10,9%. Pelas estimativas atuais do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) 11,1 milhões de pessoas perderam o emprego, no primeiro trimestre do ano, aumentando 22,2% (2 milhões de pessoas), em relação ao número de desempregados do período imediatamente anterior.

Os efeitos negativos de uma das mais complexas crises econômicas já enfrentadas pelo País, nos últimos anos, não pouparam o

Maranhão. Variados indicadores atestam a situação. Dados do Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), do Ministério do Trabalho e Previdência Social, apontam que, somente nos primeiros meses de 2016, 11.043 empregos formais (de trabalhos com carteira assinada) foram fechados no Estado. Entre os setores mais atingidos estão o da Construção Civil, com a perda de 6.649 postos de trabalho, seguido do Comércio, com menos 2.380 empregos. Os efeitos são danosos já que o percentual de participação do setor da Construção no PIB Industrial é o maior do Estado, com 46,3%.

A indústria maranhense aparece com o maior saldo negativo: a perda de mais de 8 mil vagas. Até mesmo o setor Agropecuário, um dos mais prósperos no estado, sofreu baixa no período, com 527 vagas de trabalho a menos. Mais de 11 mil empregos eliminados, em apenas três meses. Nos últimos 12 meses, o saldo negativo foi 20,5 mil postos de trabalho no Estado. Em junho, a CNI (Confederação Nacional da Indústria) divulgou a queda do emprego na indústria no 15º mês consecutivo. Em fevereiro, a Margusa (Maranhão Gusa S/A) suspendeu novamente suas atividades, na cidade de Bacabeira. 280 funcionários perderam o

emprego. A Margusa enfrenta dificuldades em razão da queda no preço do ferro-gusa, no mercado internacional.

O varejo também não escapou dos efeitos da crise. Cem mil lojas fecharam as portas no País em 2015, segundo a CNC (Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo). A retração atingiu 10%, em consequência direta da diminuição das vendas de produtos. Os segmentos mais afetados foram a venda de material de construção (-18,3%), informática e comunicação (-16,6%), móveis e eletrodomésticos (-15,0%) e o comércio automotivo (-14,9%). O presidente em exercício da Fecomércio-MA, Marcelino Ramos Araújo, declara: "a confiança dos empresários em realizar novos investimentos está intrinsecamente ligada a uma sinalização positiva para a solução dos problemas na esfera do

Governo Federal". Os indicadores da retração no mercado de trabalho e na atividade comercial são sintomas de um problema ainda mais grave: o encolhimento global da economia do Estado no que se refere à produção de riquezas. Entre os oito estados brasileiros que tiveram queda no PIB (Produto Interno Bruto) igual ou superior a 5%, no ano passado, o Maranhão ficou entre os seis localizados nas regiões Norte e Nordeste. A região Nordeste foi atingida especialmente pela queda de investimentos na área de infraestrutura, antes turbinada pelas obras do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) e pela contração do setor de serviços. Os piores resultados do Brasil ficaram com a Paraíba e o Maranhão, que registraram queda de 5% cada, em 2015, com o alarmante recuo no comércio varejista, em baixas de 14,3% e 11,3%, respectivamente.

Poucos resultados puderam ser comemorados. A agricultura obteve bom desempenho, em 2015, com aumento de 11,93%, na produção e no cultivo de soja; no algodão herbáceo, que obteve aumento de 17,47% e na produção de cana-de-açúcar, que cresceu 17,22%. Mas, em abril deste ano, a Conab (Companhia Nacional de Abastecimento) apontou para uma queda de 19,5% na colheita de grãos do Maranhão. As perspectivas não são nada animadoras para o setor já que as estimativas anteriores apontavam para produção de 3,566 milhões de toneladas. Segundo a Conab, devem ser produzidas este ano, no Estado, 3,328 milhões de toneladas de grãos.

OBRAS INACABADAS SÃO REFLEXO DO MOMENTO DIFÍCIL DA ECONOMIA





COM A CRISE, AS PLACAS DE ALUGA-SE TORNARAM-SE COMUNS NO DISTRITO INDUSTRIAL DE SÃO LUÍS

Para o economista e ex-professor da UFMA (Universidade Federal do Maranhão) e da UEMA (Universidade Estadual do Maranhão), José Henrique Braga Polary, especialista em Planejamento do Desenvolvimento Regional pelo Cedeplar / UFMG (Centro de Planejamento e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais) e assessor técnico da FIEMA, não restam dúvidas sobre o encolhimento da economia do Maranhão. A classe empresarial maranhense, de forma geral, tem se ressentido publicamente da crise. Há 40 anos comandando o Grupo Atlântica, o empresário Luis Carlos Cantanhede Fernandes declarou em entrevista ao repórter Ribamar Cunha, de O Estado do Maranhão, que o país vive uma

"crise sem precedentes". Cantanhede exemplifica que seu grupo empresarial começou o ano com 10 mil funcionários e hoje conta com mais de 6 mil colaboradores. "Ajuste" é palavra mais utilizada por quem atua na iniciativa privada.

As entidades representativas dos diferentes segmentos empresariais, por sua vez, tiveram sua rotina ainda mais movimentada com a crise econômica, na busca por soluções e saídas de emergência. O presidente do Sinduscon-MA (Sindicato das Indústrias da Construção Civil do Maranhão), Fábio Nahuz, explica que além de a Construção Civil ter sofrido fortes reflexos negativos da crise econômica, o segmento

foi impactado pelo atraso no pagamento de contratos referentes ao programa Minha Casa Minha Vida, que provocou mais prejuízos às empresas e agravou a situação financeira, obrigando-as a se adequarem a essa nova situação. A demissão de funcionários foi uma das medidas tomadas, em última alternativa. Vice-presidente da CBIC (Câmara Brasileira da Indústria da Construção), Nahuz informa que a entidade tem monitorado o programa Minha Casa Minha Vida, com acompanhamento técnico junto à direção da Caixa Econômica e do Banco do Brasil, agentes financiadores, para atualização dos repasses, acompanhamento de mudanças em regras e planejamento de ações. "A saída tem sido uma readequação a

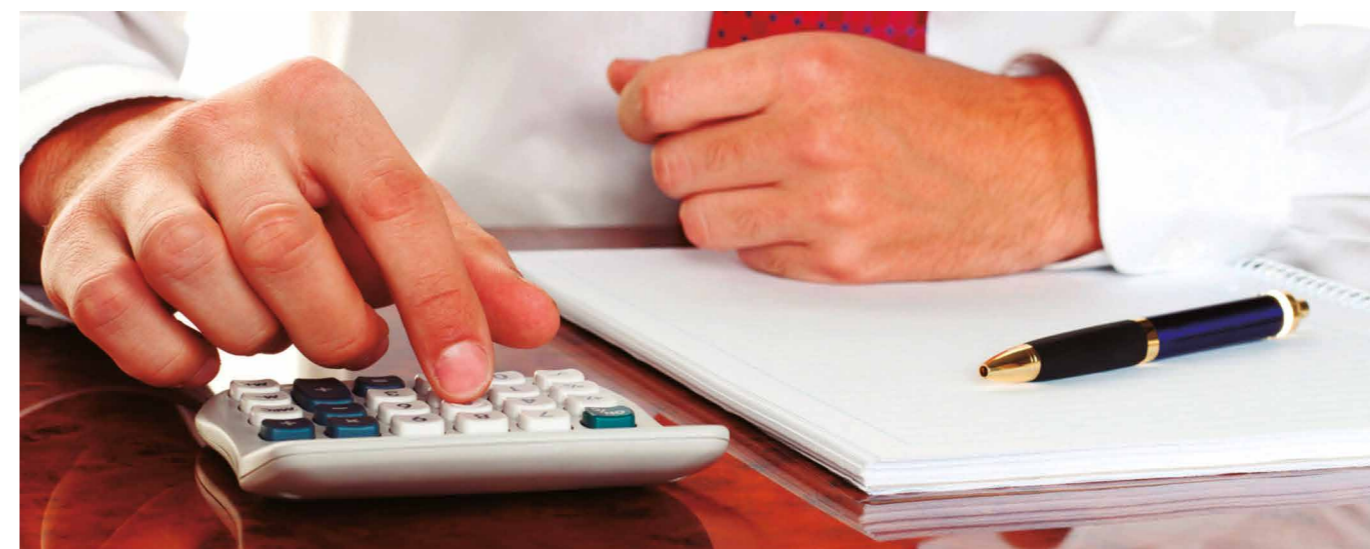
essa nova realidade, orientando os associados e procurando formas de aquecer o mercado, tais como os Feirões de Imóveis, para aquecer o mercado imobiliário e garantir aos cidadãos o acesso à casa própria. Temos buscado alternativas para driblar a crise".

Já a Fecomércio tem atuado junto à classe empresarial com

ações direcionadas à crise, entre elas, a realização de pesquisas de intenção de consumo, endividamento e inadimplência, cursos e palestras, com capacitação para o enfrentamento do momento econômico. Com o aumento dos juros e escalada da inflação, o consumo entrou em ritmo de desaceleração grave, inclusive com queda nas vendas nas datas comemorativas.

Crises exigem consertos. Bem antes da Reforma Política, da Reforma Fiscal, Tributária, Previdenciária e de outros ajustes no Brasil, o momento exige reformas em procedimentos, a começar pelas próprias empresas e pelos empresários.

A ECONOMIA NO VERMELHO



São Luís aparece em 7º lugar na lista das 50 cidades que mais demitiram no 1º trimestre de 2016 (Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego);

O volume de vendas no varejo maranhense registrou retração de -12,0%, -10,3% e -3,6%, nos meses de dezembro, janeiro e fevereiro (Fonte: Fecomércio);

A Conab (Companhia Nacional de Abastecimento) aponta para uma queda de 19,5% na colheita de grãos do Maranhão, na safra 2015/2016.

Somente nos primeiros meses de 2016, 11.043 empregos formais (de trabalhos com carteira assinada) foram fechados no Estado (Fonte: Caged).

MARANHÃO BEM NA FITA

Henrique Bóis

Foi-se o tempo em que para fazer cinema tudo começava com luz, câmera e ação. Hoje, as câmeras estão sendo usadas por mais mãos, de uns tempos pra cá e, além dos limites geográficos do Estado, o cinema com selo Maranhão está marcando presença em festivais, arrebatando prêmios e buscando alcançar um maior público nas salas escuras. Os tempos são outros, de oportunidades para inovar as expressões.

Neste cenário, o estado caminha finalmente para ter um Set de filmagem profissional. A formação dos primeiros 50 profissionais, aliando teoria e prática, é o passo inicial da escola para estimular o empreendedorismo, abrindo o mercado de trabalho para o setor. A Escola de Cinema do Maranhão, unidade do IEMA (Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão), é uma promessa para o futuro da indústria do audiovisual local. "A escola é uma porta necessária. Ainda somos muito

artesanal. Precisamos por os pés no chão para construir história, sobretudo pensando no trabalho coletivo que aglutine forças", recomenda Beto Matuck, da equipe técnica do MAVAM (Museu de Artes Visuais do Maranhão), localizado no Centro Histórico de São Luís. O museu está na última ponta da cadeia produtiva: a exibição, com seu rico acervo sobre a história maranhense.

Há boa expectativa para quem faz cinema no Maranhão. As limitações financeiras e técnicas sempre estiveram no meio do caminho. Mas, para dar mais fomento à produção, os produtores contam com um edital de apoio a partir do convênio da Ancine (Agência Nacional de Cinema) com o Governo do Estado, que disponibiliza R\$ 3 milhões para filmes. São políticas públicas sendo implantadas. O fundo dará seguridade à política de fomento, já que produção de cinema tem colaborado para ampliar o mercado audiovisual local.

O cineasta e distribuidor maranhense, Frederico Machado, tem uma coisa clara: o cinema requer verba. Editais, escolas e mais gente contribuirão para o delineamento de uma estética genuína, facilitando a repercussão do trabalho local nas telas do mundo. "Faço cinema com poucos recursos e, muitas vezes, sem editais e fundos por trás deles. Hoje está mais fácil fazer cinema com poucos recursos", declara o diretor de O Signo das Tetras, longa premiado na 15ª Mostra de Filme Livre de 2016 (RJ). Para ele, os festivais de cinema mantidos no calendário local contribuem muito para o desenho de uma planta industrial no Estado. "Na realidade os festivais são a raiz. Sem os festivais, grande parte dos filmes de qualidade nem existiria", pensa Machado.

FESTIVALS FOMENTAM A INDÚSTRIA DO CINEMA NO ESTADO



Em 2007, no calendário de festivais, o Maranhão na Tela abriu o foco para a capacitação, formação de plateia e intercâmbio de ideias. Lá atrás, a UFMA (Universidade Federal do Maranhão), em 1977, iniciou a Jornada de Cinema e Vídeo Guarnicê, exibindo primeiramente em Super 8, curtas e longas-metragens. Este ano, a mostra chegou à 39ª edição. O cineasta Murilo Santos lembra dos anos 70, período em que o

documentário e a bitola Super 8 imperaram na produção maranhense. É desse tempo o filme Os Pregoeiros de São Luís, de Murilo Santos, produção da Virilha Filmes, que ganhou prêmio de Cr\$ 5 mil (cinco mil cruzeiros) no Festival de Sergipe. "Estamos vivendo agora um momento de muita produção, muitos cineastas, muita garra e vontade de fazer.



MARCOS PONTS OBTEVE PREMIAÇÃO COM O FILME MACAPÁ

Do circuito comercial aos prêmios de festivais

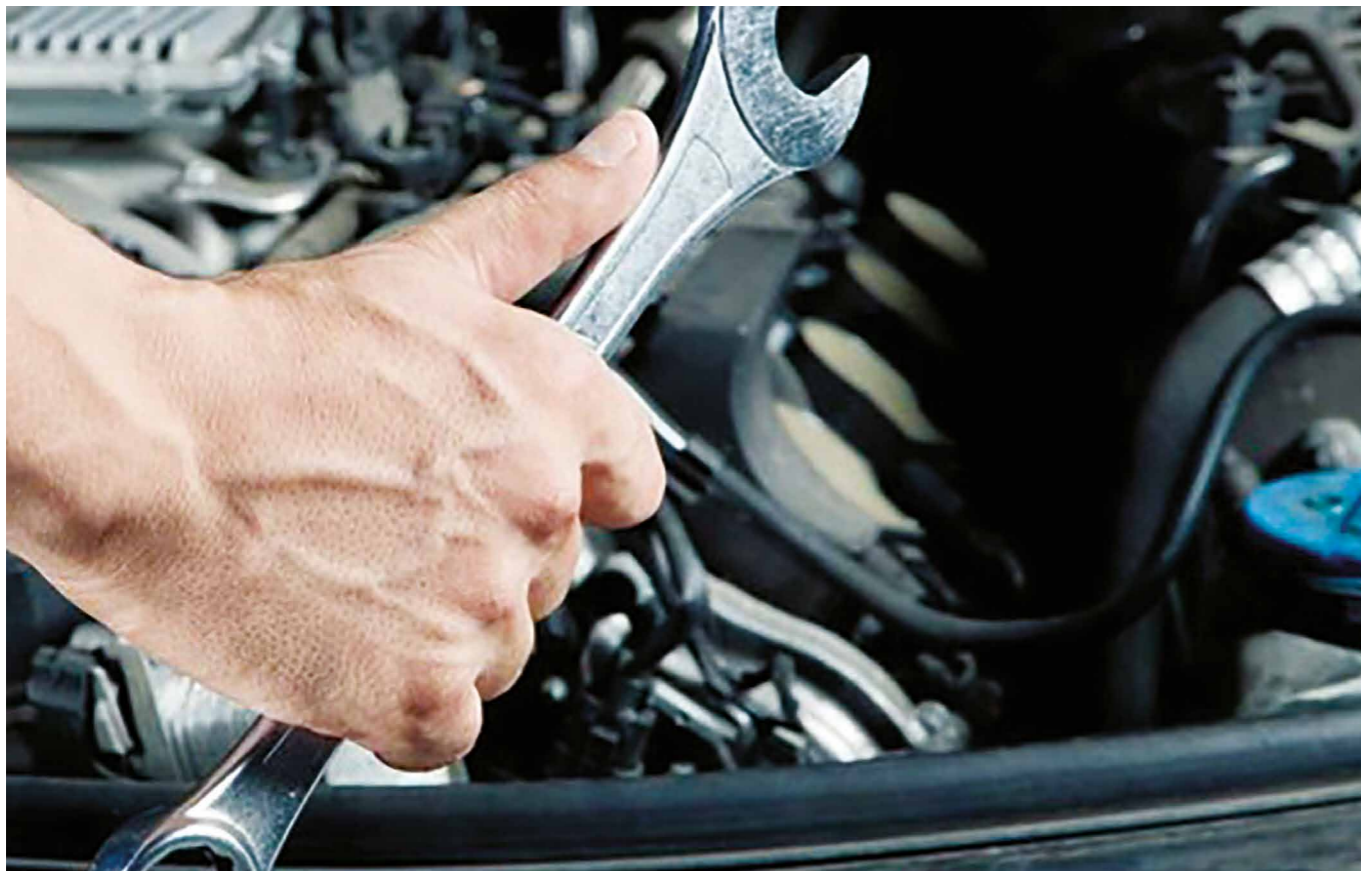
- No circuito comercial, com estética distante da apreciada em festivais há um fenômeno recente: a comédia Muleque, té doido! (2014), com direção de Ernales Duarte e público de mais de 20 mil expectadores. O diretor Ernales Duarte - às voltas com a produção A Lenda de São Sebastião - sabe bem o que é isso. O primeiro longa dele foi realizado com todos dando uma força no caixa. Para chegar à tela até do Barra Shopping, no Rio de Janeiro, foi gasta quantia tão risível quanto

o efeito do filme no público. Ousado, só no elenco eram 40 pessoas, entre atrizes e figurantes. "Usamos muita criatividade e boa vontade, mas isso só, não basta. Você precisa cobrir despesas mínimas como: alimentação da equipe, combustível, água, câmeras e até o cafezinho no set e, às vezes era necessário parar uns dias e retomar o fôlego (recursos) pra dar continuidade às gravações", lembra Ernales. A venda de DVDs do Muleque, té doido! alcançou 400 mil cópias. Para a produção de filmes com estética definida, as alternativas são ainda mais incipientes. Mesmo com dificuldades inerentes, a produção maranhense conta êxitos. Acalanto, curta de Arturo Sabóia - ganhador de várias estatuetas do Festival de Gramado (RS) - é um dos exemplos. A produção custou cerca de R\$ 120 mil, com parte da verba via Lei Rouanet.

A falta de estruturação e regulação trabalhista para profissionais do audiovisual têm emperrado a cadeia produtiva e impedido maior consistência à produção local. O presidente da Aprocima (Associação dos Produtores e Cineastas do Maranhão), Marcos Ponts, propõe a criação de dois fundos: o municipal do audiovisual, gerido pela Secretaria Municipal de Cultura, alimentado pelo ISS da venda de ingressos; e o Estadual, irrigado pelo ICMs recolhido das empresas programadoras de TVs por assinatura. Somente a SKY recolhe R\$ 850 mil ao erário maranhense. "Não tenho orgulho nenhum de fazer filme na raça. Quando isso acontece, se assume meio como um fracasso. Afinal, não está se fazendo ópera. Existe mercado para o audiovisual", teoriza Marcos Ponts, premiado com Macapá no Festival Internacional de Curta-Metragem, em São Paulo, em 2015.



MULEQUE TÉ DOIDO



NO MOTOR DA INDÚSTRIA DO MARANHÃO

■ Quais os obstáculos que impedem a indústria maranhense de avançar? Por que a distância entre os indicadores sociais e os números da economia permanece longa e inalterada?

O potencial econômico do Maranhão tem sido propalado, há décadas, por sua riqueza ambiental, pela localização estratégica, entre outras vantagens competitivas. Mas, para muitos especialistas, em uma comparação vulgar, a indústria maranhense seria como uma Mercedes-Benz ou uma Ferrari, porém, sem combustível para ir muito longe. Quais os problemas que ainda estancam o motor do setor industrial? A pergunta tem desa-

fiado analistas da conjuntura local, em diversos períodos da história e, agora, em meio a um ruidoso momento de crise econômica, volta à tona.

Em uma versão preliminar do documento Avaliação do Plano Estratégico de Desenvolvimento Industrial do Maranhão 2020, com objetivo de iniciar uma nova etapa de atualização do Mapa Estratégico da Indústria do Maranhão (2016-2022), a equipe de Coordenação de Ações Estratégicas

da Federação das Indústrias do Estado do Maranhão traz números que revelam obstáculos ao setor e sugerem rotas a serem percorridas. Considerando que "o processo de desenvolvimento industrial pressupõe decisões de investir em estruturas produtivas", o documento chama a atenção para a necessidade de mudanças estruturais. "Mudanças estruturais não se fazem no curto prazo, principalmente porque não dependem da decisão de um

único autor e porque envolvem diferentes graus de interesses, nem sempre convergentes", cita o texto, apontando para um dos gargalos que vão além das questões estruturais, de logística e das turbulências da economia. Sobre a questão, o economista Raimundo Palhano partilha da mesma opinião: "primeiramente, é preciso que se tenha o diagnóstico honesto da economia e das prioridades a serem assumidas para promover o desenvolvimento do Maranhão, fora dos paradigmas tradicionais baseados na concentração e centralização das decisões e dos resultados. Quais os maiores gargalos? Como vamos superá-los em definitivo? Sem um diálogo horizontal, entre governo, empresários e organizações da área sobre essas questões, será muito difícil mudar o cenário existente". Algumas iniciativas chegaram a ser promovidas neste sentido, em âmbito local com entidades do segmento industrial e o Governo do Estado, mas o atual momento político brasileiro tem paralisado qualquer ação que possa se reverter em solução que, para a maioria dos empresários, somente virá com o fim da instabilidade política de agora.

Subidas e descidas - Em termos gerais, o Maranhão mantém sua posição relativa, no ranking regional e nacional, como a quarta economia do Nordeste, mas a penúltima do Brasil, no que se refere à dimensão per capita. Em outro estudo, o Perfil da Indústria nos Estados, elaborado pela CNI (Confederação Nacional da Indústria), há dois anos, o Estado do Nordeste com saldo positivo, ficando em sétimo no ranking nacional. Embora de 2010 a 2013, 23 unidades da Federação tenham sofrido retração da indústria na composição do PIB (Produto Interno Bruto) estadual, o Estado não foi atingido e ainda obteve o segundo lugar no país, em participação no PIB local. A produção industrial maranhense fez com que a indústria fosse um dos setores que mais contribuíram para melhorar os indicadores do PIB do Estado, com aumento de participação nos bens produzidos, de 2010 a 2013, com um pacto positivo na economia local.

O estudo da FIEMA confirma que, em 2012, 71,2% do PIB industrial (R\$ 8,6 bilhões a preços correntes) foram gerados por somente

dez municípios: São Luís, Açailândia, Imperatriz, Balsas, Codó, Timon, Porto Franco, Caxias, São José de Ribamar e Bacabeira, com a instalação de grandes investimentos. Ainda assim, a contribuição da economia maranhense no PIB do Brasil continua baixíssima: apenas 1,3%. No intervalo entre 2009-2014 foram implantados vultosos investimentos industriais, na ordem de R\$ 28 bilhões. Desse montante, destacam-se os investimentos na produção de energia (R\$ 12,4 bilhões), petróleo & gás (R\$ 6,8 bilhões), papel e celulose (R\$ 5,8 bilhões), produção de bebidas (R\$ 264,0 milhões), produção de cimento (R\$ 292,4 milhões) e extração de ouro (R\$ 200,0 milhões). Porém, a recente queda no PIB do Estado trouxe ainda mais dilemas para que se possa analisar a indústria com foco no desenvolvimento. O Maranhão, a exemplo do Brasil com seu reconhecido patrimônio ambiental, enfrenta desafios que vão além dos gargalos da logística e das oscilações da economia.

O SETOR INDUSTRIAL MARANHENSE FOI O QUE MAIS CONTRIBUIU PARA MELHORIA DO PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) DO ESTADO



MARANHÃO: ESTADO RICO EM POTENCIAL ECONÔMICO E NATURAL, MAS COM BAIXA RENDA PER CAPTA



A distância entre indicadores sociais e econômicos do Maranhão continua sendo um desafio em qualquer debate sobre a relação Indústria x Desenvolvimento. Mesmo com vasto potencial de recursos naturais, proximidade com os mercados internacionais e com o Canal do Panamá, detentor de um porto com extraordinária localização, o Estado permanece estacionado na 26ª posição no ranking nacional de PIB per capita, com o valor de R\$ 9.948,47 (nove mil, novecentos e quarenta e oito reais e trinta e sete centavos), de acordo com os dados do IBGE (2013), à frente apenas do Piauí. O Plano de Desenvolvimento da Indústria 2020 traça

quatro objetivos que também contemplam o déficit social: o aumento da competitividade sistêmica do Maranhão, com elevação do nível de escolaridade, qualificação dos recursos humanos, educação técnica e profissional, ampliação e fortalecimento da capacidade de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, assim como ampliação e qualificação da infra-estrutura econômica e logística do estado; a melhoria da qualidade de vida da população, a ser alcançada com aumento da renda e da ocupação, do acesso aos serviços sociais urbanos, principalmente abastecimento de água e esgotamento sanitário; da redução da pobreza; assim como das condições do meio ambiente; a dinamização da economia

do Maranhão, com ampliação da renda e do emprego na população, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e a indústria lização e diversificação produtiva para reduzir a dependência da economia de um pequeno conjunto de produtos e setores, incluindo a agregação de valor dos produtos maranhenses.

A recente queda no PIB do Estado trouxe ainda mais dilemas para que se possa analisar a indústria com foco no desenvolvimento. O Maranhão, a exemplo do Brasil com seu reconhecido patrimônio ambiental, enfrenta desafios que vão além dos gargalos da logística e das oscilações da economia.

A INDÚSTRIA DO MARANHÃO EM NÚMEROS



PIB INDUSTRIAL:
R\$ 11,4 bilhões

VARIAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO NO PIB INDUSTRIAL NACIONAL (ENTRE 2010 E 2013):
aumento de 0,2 pontos percentuais



PARTICIPAÇÃO NO PIB INDUSTRIAL NACIONAL: **1,3%**

VARIAÇÃO NA PARTICIPAÇÃO DA INDÚSTRIA NO PIB DO ESTADO (ENTRE 2010 E 2013):
alta de 2,2 p.p.



PARTICIPAÇÃO DA INDÚSTRIA NO PIB DO ESTADO: **19%**

PRINCIPAIS SETORES:
Construção **(46,3%)**,
Serviços Industriais de Utilidade Pública **(15,2%)**,
Metalurgia **(9,6%)**

NO MARANHÃO, O SETOR INDUSTRIAL CONCENTRA **86,1%** DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS, DIVIDIDO EM



46,3% da Construção Civil



15,2% de Serviços Industriais de Utilidade Pública



9,6% da Metalurgia



8,4% de Bebidas



6,6% de Alimentos



EXPORTAÇÃO DO SETOR: **US\$ 2,125 bilhões** (2015)



SALÁRIO MÉDIO: **R\$ 1.805,30** (20,2% abaixo da média nacional)

(Fonte: CNI - Confederação Nacional da Indústria)



AS OPORTUNIDADES SUSCITADAS PELA CRISE BRASILEIRA

João Gonsalo de Moura

Já não causa espanto aos brasileiros as afirmações recorrentes, feitas pelos analistas, de que o Brasil está atravessando a pior crise econômica de toda a sua história. Como a larga maioria da sociedade brasileira está ciente dos fatos negativos convém aqui tratarmos de outro aspecto decorrente da situação vivida pelo país, atualmente. No caso, trata-se das oportunidades que a crise econômica suscita aos brasileiros. Em meio a tantas dificuldades vividas pelos agentes econômicos (famílias, empresas e governo), surge a necessidade de confrontar, mais detidamente, os desejos e as limitações de tais agentes, com uma maior conscientização a respeito da urgência de ajustes nos planos das unidades consumidoras e produtoras.

Na verdade, no caso brasileiro, principalmente no âmbito do setor público, os ajustes acima referidos já se mostravam como uma condição indispensável para a manutenção da estabilidade a partir de meados dos anos 90. Entretanto, quando a economia brasileira iniciou uma trajetória de crescimento econômico, a partir do ano 2003 (estimulado, principalmente pelo maior, mais abrangente e mais duradouro ciclo de crescimento da economia mundial), muitos analistas entendiam que ali se apresentava o momento mais oportuno para a promoção dos referidos ajustes. No entanto, naquela oportunidade, as opções feitas pela sociedade indicavam o caminho oposto, o que contribuiu sobremaneira para o aprofundamento dos desajustes, sobretudo em relação ao orçamento público. A expansão do crédito, possibilitada pela conquista da estabili-

dade, foi atribuída ao governante de plantão. A melhoria das condições de vida dos brasileiros, decorrente do crescimento econômico, foi atribuída aos programas sociais, cujos valores movimentados não poderiam justificar tamanha repercussão. Enfim, em meio a essa percepção, como exigir reformas e ajustes que poderiam colocar o País na trilha do crescimento sustentado?

Mas, se em meio à euforia os indicadores referentes à dinâmica das contas públicas não faziam eco, restou ao Brasil aguardar que os seus efeitos se manifestassem em variáveis que a maioria da população acompanha e per-

“As reformas se fazem necessárias, de modo que as famílias e as empresas possam colocar em prática os seus planos econômicos, sem que o Estado os atrapalhe enquanto sócio que se apropria de uma parcela significativa dos resultados, sem que, em contrapartida, lhes ofereça em troca os serviços mais elementares”

cebe no seu dia a dia, a saber: inflação crescente, juros elevados, desemprego abrangente, redução no poder de compra dos salários, dentre outras. Ou seja, se os argumentos não foram convincentes, os efeitos perversos gerados pelos desajustes, agora presentes, não deixam dúvida de que as reformas se fazem necessárias, de modo que as famílias e as empresas possam colocar em prática os seus planos econômicos, sem que o Estado os atrapalhe enquanto sócio que se apropria de uma par-

cela significativa dos resultados de suas ações, sem que, em contrapartida, lhes ofereça os serviços mais elementares, como Educação, Saúde, Segurança e Justiça.

A presença do Estado é necessária porque alguns serviços são próprios da esfera pública, não tendo a iniciativa privada os incentivos necessários para ofertá-los. No entanto, não cabe ao Estado ultrapassar os limites das suas funções clássicas, nem de se apresentar como solução para problemas que não lhe dizem respeito. Ofertar os bens públicos; corrigir as falhas de mercado; viabilizar a infraestrutura adequada ao desenvolvimento; amparar os inimputáveis; prover um padrão monetário estável; viabilizar um sistema tributário eficiente e equânime e garantir instituições que prezem pela transparência, desburocratização, segurança jurídica, métodos de governança condizentes com a economia de mercado. Eis o Estado que os brasileiros devem demandar e o caminho que as reformas devem trilhar. Eis a grande oportunidade que a crise oferece. Um Estado sem desvios de finalidades.

João Gonsalo de Moura é economista, graduado pela UFMA, mestre em Economia pela UFC (Universidade Federal do Ceará) e doutor em Economia pela UFPE (Universidade Federal de Pernambuco). Atualmente, é professor associado no Departamento de Economia da UFMA, professor da disciplina Macroeconomia no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico; sendo também Pesquisador Associado da RedeSist (IE-UFRJ).

INDÚSTRIA MARANHENSE: O FATOR POSITIVO

Mesmo sofrendo os efeitos perversos da crise econômica, a indústria do Maranhão tem se mantido como principal fator impulsionador da economia do Estado. O setor participou com 19,0% no Produto Interno Bruto do esta-

do, em 2013, obtendo um aumento de 2,2 pontos percentuais no total do PIB local, entre 2010 e 2013. Com 6,9 milhões de habitantes, o Maranhão é a 10ª unidade da federação mais populosa do País e possui um PIB industrial de

R\$ 11,4 bilhões. Com o pagamento de impostos e tributos, a indústria maranhense contribui, decisivamente, com a arrecadação e o respectivo aumento de receitas do Estado.

A indústria do Maranhão pagou R\$ 0,7 bilhões em ICMS em 2015.	É responsável por 0,7% da arrecadação nacional de ICMS na indústria. O ICMS recolhido representa 6,4% do PIB industrial do estado em 2013.	A indústria maranhense pagou R\$ 100,8 milhões em IPI em 2015.	O estado é responsável por 0,2% da arrecadação nacional de IPI. O IPI recolhido representa 1,4% do PIB industrial do estado em 2013.



Welliton Resende
AUDITOR FEDERAL DA CGU

“ A CORRUPÇÃO CONTAMINA O AMBIENTE DE NEGÓCIOS PORQUE DESTRÓI AS LEIS DE MERCADO ”

A rotina do auditor federal maranhense, Welliton Resende, 40 anos, é uma espécie de apostolado, que inclui percorrer os mais longínquos municípios maranhenses e pregar as corretas práticas comerciais entre setor público e setor privado. Formado em Administração de Empresas pela UEMA

(Universidade Estadual do Maranhão), o contabilista e ex-auditor do TCE-MA (Tribunal de Contas do Estado) atualmente exerce a função de coordenador do Núcleo de Ação de Ouvidoria e Prevenção à Corrupção da CGU Controladoria Geral da União no Maranhão (CGU-MA), com objetivo de tornar o ambiente corporativo mais íntegro. O órgão

parte do princípio de que a corrupção atrapalha as leis de mercado e sua prática deve ser combatida por todos, não somente pelos órgãos de controle. Welliton fala com entusiasmo da difícil missão e, definitivamente, não prega para convertidos.

Um estudo realizado pela FIESP aponta que o Brasil perde, por ano, algo em torno de 41,5 a 69,1 bilhões de reais com a corrupção. Na sua opinião, como o Maranhão se situa neste ranking negativo? Tem sido possível mensurar os efeitos nefastos da corrupção no Estado?

A Corrupção drena exatamente os recursos destinados ao custeio de políticas públicas. Em estados com baixo protagonismo econômico e, portanto, dependentes dos recursos federais para a mitigação de suas mazelas sociais, a corrupção potencializa ainda mais os seus danos. Diz-se, por exemplo, que ela reduz a vida das pessoas quando os recursos públicos deixam de ser aplicados na área da Saúde e, também, que diminui a expectativa de futuro de gerações inteiras quando são desviados os recursos da Educação, tais como o Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais

da Educação, Alimentação Escolar e Transporte Escolar). Afinal, quem consegue aprender o conteúdo ministrado em sala de aula pelo professor com o estômago vazio? Qual professor consegue preparar uma boa aula com salários atrasados e baixa condição estrutural nas escolas? A resposta a estas perguntas nos mostra a face mais cruel da corrupção. É óbvio que os péssimos indicadores sociais apresentados pelo Maranhão guardam simetria com o desvio de recursos públicos. Há um estudo da organização Transparência Internacional que revela que a corrupção empobrece o brasileiro em 27%. Ou seja, sem ela, seríamos 27% mais ricos. Eu queria ser mais rico e você?

Muitos empresários afirmam perder contratos com órgãos públicos por causa das propinas pagas pelos concorrentes. Quais os mecanismos poderiam ser utilizados pelos empresários honestos para denunciar as concorrências desleais?

A corrupção contamina o ambiente dos negócios porque ela destrói as leis de mercado. Em um ambiente corrupto, não prosperará a livre iniciativa e a livre concorrência, pedras angulares do sistema capitalista. O direcionamento a determinadas empresas faz o mercado não inovar e retrair-se. Nenhum empresário, em sã consciência, vai participar de uma licitação que sabe que as cartas estão marcadas. Tempo é um bem precioso demais e ninguém vai perdê-lo em certames direcionados. Desse modo, se o empresário notar que há algum tipo de favorecimento em determinada licitação que envolva recursos federais, deve procurar os órgãos de controle e fazer uma representação. A Controladoria-Geral da União, o Tribunal de Contas da União, o Ministério Público Federal e a Polícia Federal receberão a denúncia e abrirão procedimentos apuratórios.

É óbvio que os péssimos indicadores sociais apresentados pelo Maranhão guardam simetria com o desvio de recursos públicos. Há um estudo da organização Transparência Internacional que revela que a corrupção empobrece o brasileiro em 27%. Ou seja, sem ela, seríamos 27% mais ricos. Eu queria ser mais rico e você?

A Operação Lava Jato tem trazido alguns avanços ao País. Em relação às empresas, quais são as suas principais responsabilidades?

As empresas têm a responsabilidade de implementar programas para a consolidação de valores e políticas que promovam padrões éticos e de integridade em seus negócios, rejeitando atos ilegais, ilegítimos e de corrupção. A Lei nº 12.846, também conhecida como Lei Empresa Limpa, frisa que esses programas devem ter caráter preventivo, para evitar a ocorrência de práticas antiéticas ou corruptas, bem como prever medidas corretivas para comportamentos no ambiente organizacional que violem seus princípios. Os desdobramentos da Operação Lava Jato demonstram que a responsabilização chegará a quem comete atos ilícitos em seus negócios. Precisamos construir um país melhor para nós e nossos filhos e as empresas, como grande força da sociedade, não podem se furtar às suas responsabilidades.

Quais penalidades as empresas podem sofrer ao praticar atos antiéticos ou corruptos?

A penalização de empresas é uma novidade em nosso País. A Lei da Empresa Limpa representa uma importante ferramenta no combate à corrupção e à promoção de programas e medidas de integridade. Com essa Lei, empresas são encorajadas a adotar mecanismos para evitar a ocorrência de problemas e difundir uma cultura ética ou, como vimos antes, desenvolver uma cultura de integridade nos negócios. Alguns elementos aumentam as sanções, enquanto outros as diminuem. A existência de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e a aplicação efetiva de códigos de ética no âmbito da empresa, são alguns elementos que, inclusive, diminuem o peso das sanções. A principal penalidade para uma empresa que se envolva em atos ilegais é o seu fechamento e a responsabilização dos proprietários.

Que mecanismos um empresário deve adotar para proteger a sua empresa de práticas de corrupção?

As empresas devem instituir medidas que adotem e disseminem valores, princípios e atitudes de ética e integridade. Uma empresa íntegra adota valores capazes de auxiliar a atuação de seus funcionários, tanto no ambiente interno, quanto na relação com clientes e parceiros, aplica procedimentos que têm como objetivo impedir a ocorrência de irregularidades e defende a honestidade em seus negócios. Ter integridade é criar um ambiente

onde o comportamento correto é incentivado e essa é uma regra que se aplica tanto para as grandes corporações, como para uma micro e pequena empresa. Uma padaria pode, por exemplo, adotar no seu Plano de Integridade a devolução imediata de valores recebidos a mais dos clientes.

Quais benefícios pode vir a ter uma empresa que institui programas de integridade?

A empresa será diretamente beneficiada ao atrair clientes, fornecedores e parceiros que adotam a mesma postura. Empresas que reconhecidamente abraçam a integridade em seus negócios irão procurar parceiros semelhantes. Hoje em dia é crescente o movimento das empresas que buscam implementar programas de integridade nos negócios. E o consumidor tende a reconhecer isso. O retorno é certo!



Em época de eleição, tornou-se comum o esquema das doações de campanha aos candidatos a prefeito mediante "acordos" que incluem a compra da merenda e contrato com serviços de transporte escolar, depois da posse no cargo. Além da legislação vigente, como coibir a prática, que prejudica os negócios dos empresários honestos?

A prática do financiamento ilícito de campanha, o nefasto caixa dois, é algo que precisa ser combatido por toda a sociedade. Por conta da agiotagem, muitas pessoas já foram, inclusive, assassinadas no Maranhão. É um negócio muito lucrativo para alguns e extremamente prejudicial para o conjunto da sociedade. Em uma economia em crescimento como a nossa, as prefeituras são os

grandes contratantes e, todas às vezes que esquemas de facilitação de licitações e contratações forem utilizados para o pagamento de financiadores, o estado ficará mais pobre. O empresário não conseguirá concorrer com os financiadores de campanha e, por sua vez, não crescerá. A desobediência às leis de mercado e a indução do gasto público para o favorecimento de alguns poucos financiadores de campanha geram as mazelas sociais vivenciadas hoje. O empresário que tiver conhecimento dessas práticas ilícitas deve denunciar imediatamente aos órgãos de controle.

Os casos de gestores maranhenses presos por desvio de recursos públicos têm sido frequentes e com repercussão nacional. Como tem sido a atuação no sentido de combater a banalização da "cultura da roubalheira"?

De fato, o termo correto é esse mesmo: "cultura da roubalheira". As frentes em que atuamos são o fortalecimento do trabalho em rede dos órgãos que atuam no enfrentamento da corrupção e no empoderamento da sociedade. Estados nacionais onde o cidadão tem participação político-social atuante são mais justos e equânimes. Todas às vezes que um prefeito compra combustível no posto do seu cunhado, quando adquire os insumos para a preparação da merenda escolar no supermercado de um amigo, ou mesmo, adquire os medicamentos na farmácia de um parente, ele contribui para que a riqueza da cidade não circule e o município fique empobrecido. Lutar contra estas práticas também é um dever do empresariado.

Somos um estado com enorme extensão territorial, com municípios de difícil acesso e com precária rede de comunicação. Como conscientizar a população e os vereadores para as denúncias de casos de corrupção?

O enfrentamento desta adversidade se faz com a interiorização das ações. Levar as audiências públicas de controle social e cidadania às principais regiões do Maranhão é uma ótima estratégia de superação do problema. Os órgãos da Rede de Controle atuam com esta diretriz já realizaram audiências públicas em Zé Doca, Primeira Cruz e São Mateus. As últimas audiências do semestre serão realizadas em Pinheiro, São João dos Patos e Itapecuru-Mirim. Todos estão convidados!

Em uma economia em crescimento como a nossa, as prefeituras são os grandes contratantes e, todas às vezes que esquemas de facilitação de licitações e contratações forem utilizados para o pagamento de financiadores, o estado ficará ainda mais pobre.



**EDILSON
BALDEZ***

CRISES SÃO SUPERADAS

O que o Brasil mais necessita nesse instante é encontrar estratégias consistentes para enfrentar a crise que intranquiliza a classe produtora, ceifa o emprego de milhões de trabalhadores, entrava a indústria e encolhe a economia. A receita para sair ileso e recuperar o tempo perdido é apertar o cinto e encontrar soluções criativas e eficientes que possam alavancar a recuperação do PIB e da produção industrial.

Os números impressionam a todos nós. Somente no primeiro quadrimestre deste ano o Maranhão perdeu 13.780 postos de trabalho, sendo 8.101 de trabalhadores da indústria. No país, as medições do IBGE apontam mais de 11 milhões de desempregados, novamente, a maioria do setor industrial. Com estas estatísticas alarmantes é imprescindível encontrar fórmula precisa e confiável para indicar caminho seguro, capaz de resgatar a confiança e a capacidade dos empreendedores brasileiros e impulsionar a mola propulsora essencial à retomada do crescimento.

O governo federal vai ter que empreender esforço extraordinário para inibir a desaceleração da economia e frear a letargia que estanca o progresso nacional. E

adicionar neste pacote, a mobilização das forças políticas e das lideranças empresariais, a receita correta para enfrentar este momento difícil que causa aflição a todos os brasileiros.

Mas para o Brasil dar certo é importante também que o novo governo possa cumprir pauta positiva de grande impacto, capaz de

“ A maior variável para o crescimento é o investimento. Outra constante com valor considerável é o entusiasmo. Quando estas opções se distanciam é difícil manter o otimismo. ”

mover o motor necessário para o país retomar seu lugar de destaque e voltar a ser competitivo.

O passado sempre deve servir de exemplo para a construção do futuro. Por hora, o sentimento de esperança que aflora em todo o país, aponta para a necessidade

de canalizar energias capazes de unir a boa gestão ao bom senso político, a aliança de forças que possibilita encontrar saídas recuperadoras da economia e da estabilidade nacional.

A maior variável para o crescimento é o investimento. Outra constante com valor considerável é o entusiasmo. Quando estas opções se distanciam é difícil manter o otimismo. Mas, a medida que esta conexão se enlaça fica mais fácil superar as crises, não sendo preciso muita coisa, além de comprometimento e resistência ao revés.

E para dar certo é imprescindível, antes de tudo, arregaçar as mangas, dar prioridade ao trabalho e espalhar a visão empreendedora que tanto bem faz ao ambiente corporativo.

Vale lembrar de que esta missão vem sendo seguida com afinco pelo Sistema FIEMA, entidade que não mede esforços na tomada de medidas para a recuperação da indústria maranhense. E, com as decisões tomadas, podemos criar oportunidades para construir um futuro melhor, superar todas as crises e lutar por dias melhores.

*Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Maranhão-FIEMA

**EDUCAÇÃO
A DISTÂNCIA
SENAI.** Atualize sua equipe e aumente a competitividade da sua empresa.



O **SENAI** tem o maior portfólio de cursos a distância para a indústria e acaba de lançar **42 novos cursos técnicos e de qualificação profissional**. Mantenha seus profissionais sempre atualizados para atender às demandas do mercado: invista em educação a distância com quem tem a melhor educação profissional do mundo.

 **22** cursos técnicos.

 **60** cursos de qualificação.

 Cursos customizados para sua empresa.

 Menor impacto na rotina de trabalho.

 Aumento nos índices de competitividade da empresa.

Acesse www.fiema.org.br ou (98) 2109-1871 e saiba mais.



PREPARE SUA EMPRESA PARA ATENDER AS DEMANDAS DO MERCADO MARANHENSE



PROGRAMA DE
DESENVOLVIMENTO
DE FORNECEDORES

O PDF oferece capacitação, apoio aos negócios, promoção e consultoria às empresas com a finalidade de torná-las mais competitivas e propiciar-lhes a busca de excelência para atender a crescente demanda por serviços e produtos no Maranhão.

As empresas mantenedoras - Alumar, Cemar, Eneva, Solar e Vale - priorizam a aquisição de bens e serviços de fornecedores locais, tanto para compras de rotina quanto para novos investimentos. Os resultados alcançados têm superado as expectativas e são reconhecidos por todos os participantes: fornecedores, empresas mantenedoras e entidades de classe.

CADASTRE-SE NO PDF-MA
www.fornecedoresma.com.br



PDF PROGRAMA DE
DESENVOLVIMENTO
DE FORNECEDORES



www.fiema.org.br